

Sentidos atribuídos ao Patrimônio Tenetehara na Biblioteca Pública Benedito Leite: educação patrimonial e mediação cultural na exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras"

Meanings Attributed to Tenetehara Indigenous Heritage at the Benedito Leite Public Library: Heritage Education and Cultural Mediation in the Exhibition "Indigenous Culture: One Look And Multiple Readings"

Maurício José Morais Costa ² 
Maria Cleide Rodrigues Bernardino ³ 

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: mauriciojosemorais@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4462974820369545>.

² Universidade Federal do Cariri (UFCA). Juazeiro do Norte, CE, Brasil. E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5619979866984830>.

Como citar este artigo (ABNT): COSTA, Maurício José Morais; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Sentidos atribuídos ao patrimônio Tenetehara na Biblioteca Pública Benedito Leite: educação patrimonial e mediação cultural na exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras". *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2026, p. 146-170. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2026v19n1p146-170>.



Submetido em: 25 fev. 2026

Aprovado em: 16 jun. 2026

Edição: Charles Narloch, Ludmila Leite Madeira da Costa, Aline Rocha de S. F. de Castro

Conflitos de interesse: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Disponibilidade dos dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

RESUMO

O estudo analisa a exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras", realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (MA), como prática de educação patrimonial e mediação cultural voltada à valorização do patrimônio indígena Tenetehara no Maranhão. Adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. O corpus empírico foi constituído por observação direta da mostra e das interações entre mediadora e visitantes, registrada em diário de campo entre abril e maio de 2025, e por entrevista semiestruturada com a mediadora, realizada em maio de 2025. Os dados foram tratados por análise temática, permitindo identificar padrões relativos à recepção do público, aos recursos expográficos e às estratégias de contextualização cultural. Os resultados indicam que determinados artefatos, especialmente a máscara Kokrit-ho, concentram a atenção e podem suscitar dúvidas sobre autenticidade quando apresentados sem chaves interpretativas. A mediação atua ao converter estranhamento em compreensão intercultural, estimulando atitudes de verificação e pesquisa e enfrentando narrativas de invisibilização da presença indígena no estado. Observou-se ainda que a biblioteca, por ser espaço de circulação cotidiana e entrada espontânea, reduz barreiras simbólicas associadas a museus e amplia oportunidades de fruição e aprendizagem, sobretudo quando integra um circuito contínuo de exposições e ações educativas com acervos diversos, incluindo o público infantil. Entretanto, persistem limites, como contextualização parcial centrada em rituais, fragilidades na narrativa curatorial do cotidiano e baixa participação indígena nas decisões expográficas, o que pode reforçar exotizações. Conclui-se que bibliotecas públicas podem funcionar como instâncias estratégicas de educação patrimonial sobre povos originários no contexto urbano maranhense, desde que articulem curadoria qualificada, dispositivos informacionais acessíveis e mediação participativa, de orientação decolonial, para ampliar reconhecimento, pertencimento e justiça cultural.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Mediação cultural. Patrimônio indígena. Tenetehara (Guajajara) do Maranhão. Biblioteca Pública Benedito Leite.

ABSTRACT

The article analyzes the exhibition "Indigenous Culture: one gaze and many readings", held at the Benedito Leite Public Library in São Luís, Maranhão, Brazil, as a heritage education and cultural mediation practice aimed at valuing Tenetehara Indigenous heritage in the state. It adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach. The empirical corpus comprised direct observation of the display and of interactions between the mediator and visitors, recorded in a field diary from April to May 2025, and a semi-structured interview with the cultural mediator conducted in May 2025. Data were processed through thematic analysis, allowing the identification of patterns related to audience reception, expographic resources, and strategies for cultural contextualization. Findings indicate that certain artifacts, especially the Kokrit-ho mask, concentrate attention and may trigger doubts about authenticity when presented without interpretive keys. Mediation works by turning estrangement into intercultural understanding, encouraging verification and inquiry and confronting narratives that render Indigenous presence in Maranhão invisible. The library, as a space of everyday circulation and spontaneous entry, was found to reduce symbolic barriers often associated with museums and to expand opportunities for enjoyment and learning, particularly when integrated into an ongoing circuit of exhibitions and educational actions with diverse collections, including activities for children. However, limitations persist, such as partial contextualization centered on rituals, weaknesses in the curatorial narrative of everyday life, and low Indigenous participation in expographic decisions, which may reinforce exoticizing views. The study concludes that public libraries can function as strategic arenas for heritage education about Indigenous peoples in Maranhão's urban context, provided they combine qualified curatorship, accessible informational devices, and participatory, decolonial-oriented mediation to broaden recognition, belonging, and cultural justice.

Keywords: Heritage education. Cultural mediation. Indigenous heritage. Tenetehara (Guajajara) of Maranhão. Benedito Leite Public Library.

INTRODUÇÃO¹

As bibliotecas públicas, além de promover leitura e acesso à informação, ampliam seu papel na valorização da diversidade cultural e preservação da memória social. Como espaços plurais, fomentam ações educativas que articulam conhecimento, identidade e pertencimento. Ao assumir a mediação cultural, tornam-se pontos de encontro entre saberes e promovem cidadania crítica. A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), localizada em São Luís (MA), destaca-se por exposições sobre cultura indígena, ampliando sentidos de leitura e patrimônio no contexto urbano.

A educação patrimonial, entendida como processo formativo contínuo, contribui para que sujeitos e coletividades reconheçam, interpretem e atribuam sentido às referências culturais que sustentam memórias e identidades, deslocando o patrimônio do lugar de "objeto" para o de experiência socialmente construída (Florêncio *et al.*, 2014). Nessa perspectiva, a mediação cultural constitui o eixo operativo que torna esse encontro possível, ao criar linguagens, contextos e estratégias de diálogo entre diferentes públicos e repertórios, inclusive em espaços não museais, como bibliotecas públicas (Rasteli, 2021). Ao articular educação e mediação, evita-se uma abordagem meramente informativa, fortalece-se a reflexão crítica e amplia-se o reconhecimento de patrimônios plurais, especialmente aqueles historicamente invisibilizados (Demarchi; Scifoni, 2025).

A educação patrimonial reconhece rituais e modos de vida como heranças legítimas, compreendendo-os como práticas vivas que organizam memórias, identidades e formas de pertencimento. Um exemplo é a Festa do Moqueado, entre os Tenetehara, que atualiza saberes transmitidos intergeracionalmente e reafirma vínculos comunitários por meio de cantos, danças, pinturas e partilhas alimentares. Ao ser interpretada como patrimônio, a celebração desloca leituras folclorizantes e evidencia o protagonismo indígena na produção e manutenção de seus referenciais culturais, inscrevendo-os na memória social mais ampla.

A Festa do Moqueado, chamada pelos Tenetehara/Guajajara de Wyrâu'haw, integra um ciclo ritual de iniciação que acompanha a passagem de meninas e meninos a posições sociais na aldeia. O processo reúne etapas, como a preparação da mandiocaba, a caçada e, por fim, a

¹ Este artigo é o aprofundamento do texto submetido, avaliado, aprovado e apresentado no XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), no Rio de Janeiro, em 2025.

celebração em que carne ou peixe moqueados são partilhados com convidados, junto a cantos, danças e pinturas corporais. Para as meninas, o rito se vincula à "puberdade social", quando o pertencimento adulto é publicamente reconhecido. Sua realização pode variar conforme o contexto local e a adesão comunitária (Oliveira, 2019; Silva, 2020).

Ao ser exibida em contextos urbanos, como na BPBL, a exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras" assume novos significados por meio da mediação cultural. Para tanto, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras", realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, enquanto prática de educação patrimonial e mediação cultural e suas contribuições para a valorização da cultura e patrimônio indígena Tenetehara do Maranhão.

O estudo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, investigou práticas de mediação cultural e educação patrimonial na exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras", realizada na BPBL. A coleta de dados envolveu observação direta da mostra, com registro em diário de campo, priorizando interações da mediadora com o público e elementos simbólicos da curadoria, e entrevista semiestruturada com a profissional responsável pela mediação. A análise dos dados seguiu a abordagem temática de Braun e Clarke (2006), identificando e organizando categorias interpretativas.

PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUAS INTERFACES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O patrimônio cultural é um campo dinâmico de construção identitária, onde elementos materiais e imateriais se ressignificam continuamente. Rodríguez Temiño (2010) amplia o conceito ao incluir bens e manifestações imateriais, tais como tradições, saberes, práticas e aspectos linguísticos, superando a noção restrita de patrimônio histórico. Envolvendo expressões, criações e símbolos que definem comunidades, preserva vestígios do passado, fortalece memória e laços sociais, promovendo pertencimento e permitindo que a população reconheça e se aproprie de sua história (Costa, 2020).

A expansão do conceito de patrimônio desloca o foco do monumento para referências culturais mais amplas, incluindo práticas, rituais e modos de fazer, acompanhando a pluralidade identitária e a ampliação de políticas públicas em museus, cidades e territórios (Tamaso, 2005). Esse alargamento reforça que o valor patrimonial é socialmente atribuído,

podendo produzir pertencimento, mas também conflitos e exclusões quando certas versões se consolidam como norma (Smith, 2006; Zanirato, 2018). Ao questionar a separação rígida entre natureza e cultura, o patrimônio passa a ser entendido como categoria híbrida, articulando dimensões tangíveis e intangíveis e demandando gestão participativa (Zanirato et al., 2021).

Patrimônio pode ser compreendido como uma categoria histórica e socialmente construída, cuja significação varia conforme os agentes, o tempo e as finalidades em disputa. Em vez de existir como essência nos objetos, ele resulta de processos de ativação e patrimonialização que selecionam referências materiais e imateriais, reorganizam seus usos e lhes atribuem regimes de gestão e proteção. Nessa perspectiva, o que se reconhece como "patrimônio" emerge de práticas, discursos e experiências que produzem pertencimento, memória e identidade, mas também tensionam representatividade e o poder de nomear. Assim, mais do que "coisa", patrimônio é relação e ação coletiva no presente (Smith, 2006; Tamaso, 2005; Zanirato, 2018).

Para Souza (2019), o patrimônio imaterial constitui fonte de diversidade cultural e de vínculos sociais, ao mesmo tempo em que demanda ações de sensibilização, sobretudo junto às novas gerações. Inventários e instrumentos de organização da informação não são neutros: ao identificar, descrever e representar referências culturais, produzem conhecimento e influenciam o reconhecimento do que passa a ser valorizado (Trindade; Gomes; Oliveira, 2023).

Bibliotecas, arquivos e museus, diante de acervos mais plurais, enfrentam o desafio de gerir não apenas coleções, mas disputas de sentido em torno do que é considerado patrimônio, evitando que critérios "autorizados" naturalizem valores e silenciem referências comunitárias (Smith, 2006; Zanirato et al., 2021). Além de profissionais qualificados e práticas inclusivas (Costa, 2020), torna-se necessário fortalecer políticas de descrição, mediação e acesso que reconheçam múltiplas epistemologias e ampliem a participação de grupos detentores dos bens culturais (Costa; Cutrim, 2021).

As bibliotecas públicas, já consolidadas como equipamentos culturais, assumem hoje uma função ainda mais estratégica diante de demandas socioculturais marcadas por pluralidade, disputas de memória e novos modos de acesso à informação. Isso requer atualizar rotinas de acervo, programação e mediação, deslocando a biblioteca de um modelo centrado apenas na oferta de livros para uma atuação orientada por participação, inclusão e circulação de narrativas diversas.

Ao ampliar suas funções educativas, bibliotecas públicas tornam-se espaços de memória e encontro intercultural, capazes de articular leitura, informação e reconhecimento de identidades coletivas (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022; Rasteli, 2021). A educação patrimonial opera como processo formativo, formal e não formal, que mobiliza referências culturais para compreender trajetórias sócio-históricas e enfrentar estereótipos (Florêncio et al., 2014). Entre os Tenetehara, a Festa do Moqueado marca a passagem para a vida adulta e atualiza saberes comunitários (Silva, 2018; Miranda; Borges, 2020).

Inspirada nas experiências internacionais reunidas sob a noção de *Heritage Education*, a Educação Patrimonial vem sendo compreendida como um processo formativo contínuo, voltado a transformar a relação das pessoas com seus referenciais culturais, tomando o patrimônio como fonte de conhecimento e de leitura crítica do mundo. Em vez de se limitar à transmissão de informações, prioriza o contato mediado com objetos, lugares e práticas, para favorecer apropriação social, pertencimento e valorização da diversidade cultural (Florêncio et al., 2014; Scheid; Matos; Carmo, 2024).

A Educação Patrimonial favorece o conhecimento da própria história e da história de outros povos ao mobilizar diferentes manifestações do patrimônio, material e imaterial. Ao aproximar sujeitos de referências culturais diversas, esse processo fortalece identidades, amplia repertórios interpretativos e contribui para reconstruções críticas do passado (Costa, 2020; Florêncio et al., 2014).

Demarchi e Scifoni (2025) destacam que a Educação Patrimonial ganha potência quando se ancora em práticas participativas, capazes de deslocar a centralidade técnica e incorporar os sujeitos como produtores de conhecimento sobre seus próprios referenciais culturais. Em instituições como bibliotecas, esse enfoque amplia a dimensão cidadã da educação patrimonial, por fortalecer vínculos comunitários, promover escuta e qualificar a circulação de narrativas diversas (Demarchi; Scifoni, 2025).

Em vista disso, a Educação Patrimonial favorece leituras múltiplas ao tratar o patrimônio como experiência mediada, na qual observar, interpretar e dialogar com referências culturais amplia a compreensão do passado e do presente e produz pertencimento (Florêncio et al., 2014). No caso do patrimônio indígena, a educação patrimonial torna-se estratégica para traduzir sentidos entre regimes culturais distintos, evitando a descontextualização e a esteticização do "outro" e ampliando a inteligibilidade de práticas, memórias e territorialidades (Carvalho, 2014).

A Educação Patrimonial configura-se como mediação formativa que produz repertórios de leitura crítica, pertencimento e reconhecimento, ao mesmo tempo em que evidencia que inventários, descrições e exposições não são neutros, pois organizam visibilidades e podem gerar silenciamentos. As bibliotecas públicas, ao conjugar acesso, programação cultural e mediação educativa, assumem papel decisivo na democratização cultural e na valorização de referências plurais.

MEDIAÇÃO CULTURAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A mediação cultural em bibliotecas públicas tem sido compreendida como prática social e informacional que organiza o acesso, produz sentidos e orienta processos de apropriação cultural, especialmente quando acionada por exposições e ações educativas. A biblioteca deixa de operar apenas como difusora de conteúdos e atua como espaço de diálogo intercultural, no qual disputas de memória, representatividade e reconhecimento atravessam a organização e a comunicação dos acervos (Rasteli, 2021; Florêncio *et al.*, 2014).

Definir patrimônio indígena exige ir além de uma listagem de "bens" e reconhecer que o valor patrimonial é atribuído socialmente, em disputas que envolvem memória, identidade, afetos e relações de poder (Tamaso, 2005; Smith, 2006). Nesse horizonte, o patrimônio indígena abrange rituais, saberes, objetos, narrativas e também territorialidades (Villares, 2020). Marcos de direitos afirmam o controle indígena sobre seu patrimônio cultural e conhecimentos, deslocando a tutela para a autodeterminação (ONU, 2007). Em exposições, isso demanda autorrepresentação e curadorias colaborativas (Roca, 2015).

O patrimônio cultural indígena não se reduz a uma categoria homogênea, pois varia conforme as formas de vida e os regimes de conhecimento de cada povo. Ele reúne dimensões materiais e imateriais indissociáveis, nas quais artefatos, lugares, línguas e rituais se articulam a práticas cotidianas, sistemas alimentares e medicinais e formas próprias de interpretar a relação com o mundo. Ao ser reconhecido como parte do patrimônio cultural mais amplo, esse conjunto demanda abordagens que afirmem autonomia e protagonismo indígena (Trindade; Oliveira, 2024).

No âmbito das instituições culturais, a patrimonialização do indígena é atravessada por regimes de visibilidade e por linguagens de descrição que podem reforçar assimetrias,

sobretudo quando prevalece o "discurso autorizado" que define o que deve ser lembrado e como deve ser interpretado (Smith, 2006; Tamaso, 2005). Por isso, a tradução do patrimônio indígena para exposições, catálogos e ações educativas demanda procedimentos éticos de representação, com participação dos próprios povos (Roca, 2015).

As bibliotecas, especialmente as públicas, podem atuar como espaços estratégicos de preservação e valorização de saberes tradicionais indígenas, funcionando como centros de memória e de produção de pertencimento. Por meio de acervos, exposições e ações educativas, favorecem o acesso a informações sobre conhecimentos ancestrais e criam condições para o diálogo entre repertórios científicos e epistemologias indígenas (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022).

Concorda-se com o entendimento sobre mediação cultural defendido por Lipinski e Cavalcante (2022, p. 5), a qual se trata de uma atividade que atua, por meio do mediador cultural, de modo subjetivo, para a apropriação da informação pelo indivíduo com vistas a sua transformação, dado que essa relação de conhecimento pode promover autonomia intelectual. Quando articulada por meio de atividades planejadas, essa mediação pode gerar novos sentidos para a realidade, ampliando a compreensão e valorização das expressões culturais nas experiências individuais e coletivas (Rasteli, 2021).

Nas bibliotecas públicas, a mediação cultural pode ser compreendida como um conjunto de processos e dispositivos que favorecem a apropriação, produção de sentidos e protagonismo sociocultural, e não apenas a transmissão de conteúdos (Rasteli, 2021). Quando se trata de patrimônio indígena, essa mediação precisa enfrentar apagamentos, estereótipos e traduções simplificadoras, articulando educação patrimonial, escuta e participação indígena na construção de narrativas e enquadramentos (Florêncio *et al.*, 2014; Roca, 2015).

Ancorada em memória e identidade, essa mediação fortalece pertencimento e reconhecimento público das narrativas originárias (Candau, 2012). A mediação cultural assume um caráter educativo e político, orientado à visibilidade, autonomia e valorização das identidades indígenas. Ao favorecer a circulação de saberes tradicionais e a construção de uma memória coletiva plural, contribui para enfrentar desigualdades simbólicas e afirmar a diversidade como valor social (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022).

A mediação cultural do patrimônio indígena em bibliotecas públicas evidencia que a produção de sentidos depende de escolhas informacionais, expográficas e educativas que operam regimes de visibilidade e reconhecimento. Ao articular organização da informação,

educação patrimonial e participação indígena, a biblioteca pode deslocar narrativas autorizadas, reduzir estereótipos e sustentar leituras interculturais que integrem memória, territorialidade e direitos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltado à compreensão das práticas de mediação cultural e educação patrimonial em uma exposição realizada na BPBL, em São Luís (MA). O objeto empírico é a exposição “Cultura Indígena: um olhar e várias leituras”, organizada em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, em parceria com o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e a Casa de Nhozinho, ambas localizadas na capital ludovicense (Freitas, 2022; Silva, 2018; Silva, 2020).

Com aprovação e respeitando as diretrizes éticas do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/CONEP), com registro CAAE: 70733823.7.0000.5188 e Número do Parecer: 7.414.399, a coleta de dados envolveu dois procedimentos. O primeiro foi a observação direta da exposição, com atenção especial às interações entre a mediadora e o público, bem como à sensibilização dos elementos simbólicos e informacionais da curadoria. A observação foi registrada em diário de campo entre os meses de abril e maio de 2025, com ênfase nas estratégias de mediação utilizadas, nas reações dos visitantes e na ambientação geral da exposição.

O segundo foi a entrevista semiestruturada com a profissional responsável pela mediação cultural da mostra. A entrevista, realizada em maio de 2025, buscou capturar a concepção de mediação cultural, patrimônio e educação patrimonial mobilizada pela mediadora, bem como os objetivos educativos da iniciativa no contexto da BPBL. Para a análise dos dados, adotou-se a análise temática conforme proposta por Braun e Clarke (2006), cujas categorias estão sistematizadas no Quadro 1, na página a seguir.

As categorias emergentes foram interpretadas à luz do referencial teórico, estabelecendo articulações entre as práticas empíricas e os conceitos de educação patrimonial e mediação cultural.

Quadro 1 - Categorias temáticas de análise.

Categoria temática	Objetivo
Mediação cultural e sentidos atribuídos à exposição	Interpretações da mediadora sobre o papel da exposição como prática de mediação cultural; significados atribuídos à curadoria, às imagens e aos elementos simbólicos, incluindo a festa do Moqueado.
Estratégias de mediação e sensibilização do público	Métodos usados para engajar o público; recursos comparativos, visuais e narrativos; desafios no contato com diferentes perfis de visitantes.
A biblioteca pública como espaço de educação patrimonial	Percepções sobre o papel da Biblioteca Benedito Leite como espaço legítimo para ações de valorização do patrimônio indígena e de democratização cultural.
Cultura indígena como patrimônio cultural	Reflexões da mediadora sobre o reconhecimento da festa do Moqueado como patrimônio imaterial; tensões entre o olhar indígena e as percepções do público; dificuldades de reconhecimento simbólico e respeito às práticas culturais; papel da mediação nesse processo de valorização.

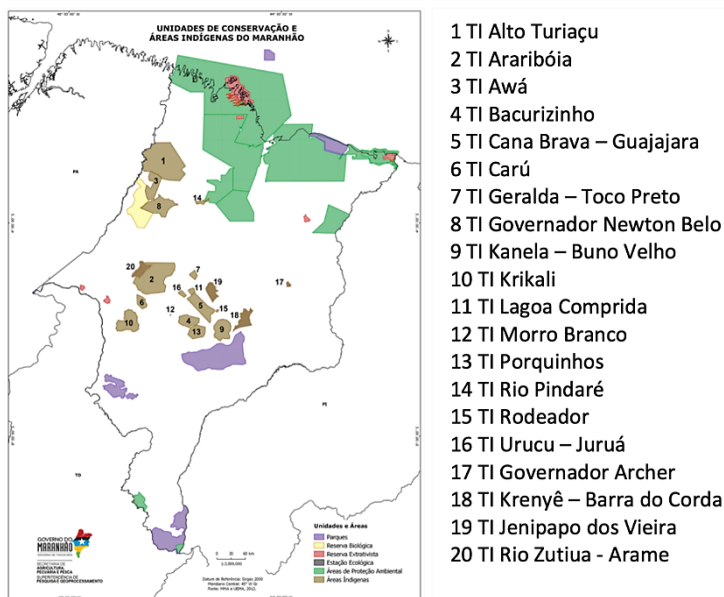
Fonte: Elaborado pelas autorias (2025).

A MEDIAÇÃO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO INDÍGENA NA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

O Maranhão é um estado marcado pela confluência de diversas manifestações e expressões culturais. Sua formação sócio-histórica é resultado da presença de diferentes povos, principalmente africanos, afro-brasileiros e indígenas. Esses grupos, contudo, foram historicamente silenciados, tendo suas culturas ignoradas ou tratadas de forma generalista e superficial pela sociedade dominante. Mesmo após décadas de resistência, continuam sendo alvo de preconceito e olhares de estranhamento.

Segundo Freitas (2022), os povos indígenas do Maranhão são representados por nove etnias distintas: Guajá, Guajajara Tenetehara, Urubú-Kaapor, Apanyekrá, Rankokamekrá, Kreyne, Krikati, Pukobyê e Krahô Kanela. De acordo com Silva (2018), os Tenetehara constituem uma das etnias indígenas mais numerosas do país, distribuídos em mais de onze Terras Indígenas, pertencendo à família Tupi-Guarani do Tronco Tupi.

Figura 1 – Mapa de Territórios Indígenas no Maranhão.



Fonte: Governo do Maranhão (2025).

De acordo com o Censo Demográfico 2022, o Maranhão registra 57.166 pessoas indígenas, correspondendo a 0,84% da população estadual (IBGE, 2022). Desse total, mais de 72% vivem em terras indígenas oficialmente reconhecidas, distribuídas em 20 territórios que reúnem nove etnias, com predominância de povos vinculados às famílias linguísticas Tupi-Guarani e Macro-Jê. No cenário regional, o estado ocupa a terceira posição no Nordeste em número de indígenas (IBGE, 2022).

Apesar desse quadro demográfico e territorial, a realidade maranhense é marcada por conflitos intensos relacionados à disputa por terras, associados à expansão do agronegócio, à concentração fundiária e a dinâmicas estatais que frequentemente favorecem interesses econômicos em detrimento de direitos indígenas (Costa; Mattos Júnior; Sodrê e Sousa, 2020). No campo das políticas públicas, há avanços pontuais, mas ainda se observam lacunas estruturais em áreas como saúde e saneamento (Santos Júnior, 2020).

De acordo com Silva (2018), entre os Tenetehara os rituais de iniciação funcionam como marcos de passagem que inserem jovens, de modo formal, na vida social adulta. Destaca-se a Festa do Moqueado, associada sobretudo à transição das meninas para a condição adulta, vivida como "puberdade social". Desde a infância, os jovens vão sendo integrados ao convívio comunitário, e as festas assinalam momentos decisivos dessa mudança gradual de status social.

A “Festa do Moqueado” ou “Festa da Menina-moça” é um ritual Tenetehara que marca a transição da adolescência para a vida adulta feminina. A cerimônia descrita por Silva (2018) e Freitas (2022) ocorre em três etapas. A primeira inicia com a menarca: as meninas são pintadas com jenipapo por pais e avós e isoladas em uma “tocaia” por cerca de cinco dias. A segunda é a “Caçada”, quando meninos e meninas vão à mata. A terceira é a “Festa do Moqueado”, com danças, cantos e partilha da caça, reunindo várias aldeias e marcando a transição para a vida adulta (Silva, 2018; Freitas, 2022).

Além dessas etapas, a festa mobiliza uma preparação comunitária que começa com a construção da tocaia pelo pai e pelo avô, em palha de anajá (Freitas, 2022). No momento festivo, cantos e danças em roda, acompanhados pelos maracás, articulam sociabilidade e aprendizagem, enquanto a pintura com jenipapo se intensifica ao longo dos dias (Silva, 2018; Miranda; Borges, 2020).

A “Festa do Moqueado” tem registrado menor adesão, influenciada pela perda de interesse de algumas famílias e pela atuação de religiões, como o evangelismo, que desestimulam práticas rituais. Apesar de quase quatro séculos de contato com a sociedade envolvente, o ritual permanece como símbolo de resistência e afirmação identitária (Maranhão, 2025).

A permanência do Moqueado também se sustenta na dimensão pedagógica do rito. O resguardo, a pintura com jenipapo, a preparação do alimento e a participação coletiva nas cantorias e rodas de dança funcionam como formas de aprendizagem social (Silva, 2018; Freitas, 2022). Ao mesmo tempo, a mobilização da aldeia reafirma redes de reciprocidade e atualiza memórias compartilhadas no presente (Miranda; Borges, 2020).

Quando elementos como esses são deslocados do território e apresentados em ambientes urbanos, seus significados precisam ser reconstruídos para públicos que não compartilham as mesmas referências culturais. Nesse processo, a mediação cultural e a educação patrimonial tornam-se fundamentais para contextualizar práticas, evitar leituras estereotipadas e ampliar o reconhecimento do patrimônio indígena como parte da memória social maranhense.

A exposição “Cultura Indígena: um olhar e várias leituras” foi instalada nas dependências da BPBL e, desde então, tem recebido um fluxo constante de visitantes, tanto que passou a integrar o roteiro das visitas guiadas da instituição, servindo como instrumento de mediação cultural.

Figura 2 – Registros da exposição no salão de referência da BPBL.



Fonte: Costa (2025).

Curada por Sebastião Cardoso, a mostra reuniu fotografias da Biblioteca Roldão Lima, imagens do fotógrafo Márcio Vasconcelos, artefatos da Casa de Nhozinho e obras pertencentes à própria BPBL. O destaque foram oito fotografias em preto e branco, medindo 1 metro por 63 centímetros, que registram a tradicional Festa do Moqueado. Além disso, doze peças da Casa de Nhozinho integraram a exposição (Maranhão, 2025).

A exposição é resultado de um arranjo interinstitucional (BPBL e Casa de Nhozinho), no qual a biblioteca não apenas "abriga", mas viabiliza a circulação do patrimônio ao ceder espaço e articular acervos externos. Ao levar a exposição para a biblioteca, fortalecem-se os vínculos entre instituições culturais e reafirma-se o papel das bibliotecas públicas como mediadoras culturais (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022; Rasteli, 2021).

Nesse contexto, a mediação cultural torna-se decisiva para orientar os sentidos atribuídos à exposição. Entre os elementos que concentram atenção, curiosidade e estranhamento, a mediadora destaca a máscara de Kokrit-ho (Figura 3).

Entre os Ramkokamekrá Canela, povo Timbira do Maranhão, Kokrit (ou Kokrit-ho) nomeia tanto a sociedade cerimonial masculina quanto os seres que ela personifica no ritual, descritos como "monstros aquáticos mascarados" associados ao rio Tocantins. Na narrativa de origem registrada por Nimuendajú, o ritual foi instituído quando um ancião orientou seu povo a confeccionar máscaras de buriti idênticas às dos Kokrit (Paes, 2004; Barros, 2013).

Materialmente, trata-se de uma indumentária do tipo máscara-esteira, composta por esteiras e uma franja pesada de palha de buriti que cobre todo o corpo do usuário, com fenda frontal para visão e chifres projetados na parte superior, ajudando a explicar seu forte impacto visual na recepção do público (Paes, 2004).

Figura 3 – Máscara de Kokrit-ho na exposição.



Fonte: Costa (2025).

Barros (2013) registra haver longos intervalos sem a celebração da festa, evidenciando como a memória e a mediação tornam-se centrais para reativar significados quando esses artefatos passam a circular fora do contexto ritual de origem. A mediação é decisiva para reconstruir sentidos e evitar leituras deslegitimadoras, como se observa na fala da mediadora:

Eu acho que mais é a máscara de Kokrit-ho, aquela outra bem maior. [...] Porque ali é sobre o ritual do menino na comunidade Canela. Então eles usam máscaras assim, do tamanho da estatura deles. Aí quando eles olham aquela máscara, eles pensam assim 'alguém vai conseguir entrar dentro', aquela dali e só pra demonstrar mesmo. Ali não é uma máscara de verdade. Aí eles ficam mais coisado com a máscara. Mais do que a festa da menina moça (Mediadora², 2025).

A fala evidencia como determinados objetos organizam a experiência do visitante. A máscara concentra a atenção e suscita suspeitas e dúvidas, expressas na ideia de que "não é [...] de verdade". O trecho indica que a mediação cultural precisa transformar o estranhamento em entendimento intercultural, evitando que o patrimônio seja tomado apenas como curiosidade.

A mediação cultural da informação promove o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e práticas culturais. Possibilita que saberes tradicionais, como os envolvidos na 'Festa do Moqueado', sejam compreendidos, valorizados e compartilhados em esferas mais amplas, sem que percam sua singularidade (Bezerra; Cavalcante, 2020).

² "Mediadora" se refere à entrevista semiestruturada concedida por uma das responsáveis pela mediação da exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras" aos autores desta pesquisa. São Luís, MA, 17 de maio de 2025. Identidade preservada conforme aprovação do CEP/CONEP (CAAE: 70733823.7.0000.5188).

Os sentidos atribuídos à exposição revelam tanto o potencial educativo da mediação quanto os desafios enfrentados diante de resistências e estereótipos. A exposição, para a mediadora, não é somente um espaço expositivo, mas uma oportunidade educativa e simbólica de desconstrução de estereótipos e de valorização do patrimônio indígena:

Quando mostra ali aquela parte da indígena que ela parece sem roupa [...] já escutei diversas coisas até assim. Queria ver o “índio” passando por aqui. Eles pensam que os indígenas vão passar pelado por aqui. Alguns não gostam ou então não pode falar sobre a menstruação [...] (Mediadora, 2025).

Ao adaptar sua fala e linguagem às especificidades do público, especialmente o infantil, a mediadora constrói sentidos que associam práticas tradicionais indígenas, como a festa do Moqueado, a experiências culturais familiares ao público visitante, como a festa de 15 anos. A mediação é, assim, compreendida como um processo ativo de construção de significados (Rasteli, 2021).

A mediadora utiliza comparações culturais, linguagem acessível e recursos visuais (vídeos e imagens em dispositivos móveis) para contextualizar práticas indígenas, aproximando-as do cotidiano urbano. Na BPBL, a atuação da mediadora desperta curiosidade e promove reflexão crítica e busca por informações complementares:

Eu acho que muda um pouco, então eu sempre tento falar onde eles estão localizados, que é para eles [visitantes] saberem realmente, se está localizada aqui. Se ela disse então eu vou lá pesquisar porque alguns não acreditam, então vão pesquisar que é lá em Barra do Corda, e eu acho que muda um pouco a perspectiva. A gente sempre tenta mudar (Mediadora, 2025).

O trecho indica que parte do público sequer reconhece a presença e a territorialidade indígena no Maranhão, e que a mediação desencadeia uma atitude de verificação ativa. Trata-se de um efeito pedagógico típico da educação patrimonial, ao promover um deslocamento cognitivo que vai do apagamento à busca de confirmação e ao reconhecimento.

A mediação cultural da informação vai além da transmissão de conteúdos, por envolver a apropriação de símbolos e a produção de sentidos a partir das referências culturais dos sujeitos (Bezerra; Cavalcante, 2020). Assim, a biblioteca não funciona apenas como espaço de fruição, mas como instância educativa capaz de sustentar leituras mais densas, informadas e socialmente responsáveis.

Assim, a BPBL consolida-se como espaço legítimo de mediação cultural do patrimônio indígena (Costa, 2020; Costa; Cutrim, 2021). A mediadora descreve a biblioteca como um ambiente de entrada espontânea, que favorece o contato não planejado com a exposição e reduz barreiras simbólicas frequentemente associadas a museus:

Às vezes vem para tirar uma foto aqui dentro e ver e acaba olhando na exposição. Tem medo de entrar no museu? Tem que pagar alguma coisa. Não é verdade. Porque o museu são todos gratuitos, não tem que pagar nada, só que eles têm medo de entrar (Mediadora, 2025).

Depreende-se que o acesso ao patrimônio envolve dimensões sociais e institucionais que antecedem o contato com o conteúdo expositivo. A circulação cotidiana na biblioteca cria oportunidades de aproximação que não dependem de uma intenção prévia de "visitar" uma exposição.

Além de favorecer encontros ocasionais com o patrimônio, a biblioteca amplia seus efeitos educativos quando atua como circuito cultural contínuo. A recorrência de exposições, a articulação com diferentes acervos e a presença de ações voltadas a públicos diversos, especialmente crianças, contribuem para que a educação patrimonial não se limite a uma experiência pontual. Essa asserção ressoa na fala da mediadora:

Acho que sim. Principalmente porque toda vez eles fazem algum tipo de exposição. Então aqui, no Espaço Referência, a gente tem a nossa exposição aqui em conjunto, aí já lá num acervo de obras raras e infantil, também possui, mostram uma parte sobre os povos originários (Mediadora, 2025).

Esse funcionamento reforça a biblioteca como instituição de memória no cotidiano urbano, capaz de sustentar vínculos e consolidar repertórios interpretativos ao longo do tempo (Florêncio *et al.*, 2014; Costa, 2020; Costa; Cutrim, 2021). Nesse sentido, a BPBL se configura como dispositivo relevante de democratização cultural ao ampliar a presença de públicos diversos em experiências de reconhecimento do patrimônio indígena.

Para a mediadora, a mostra na biblioteca amplia a visibilidade das culturas indígenas e aproxima o público de práticas muitas vezes vistas como distantes. A mediação cultural (Figura 4) atua como ferramenta formativa, facilitando o acesso à informação e estimulando reflexão crítica sobre dinâmicas socioculturais (Venâncio; Vilas-Bôas; Costa, 2021).

Figura 4 – Registros de ações de mediação cultural na exposição.



Fonte: Costa (2025), BPBL (2025).

Na exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras", a mediadora relaciona o cotidiano comunitário a práticas indígenas como a Festa do Moqueado, estimulando escuta sensível, empatia e respeito às diferenças. Apresenta o ritual Tenetehara como patrimônio imaterial legítimo, enfatizando sua dimensão simbólica e formativa.

Entretanto, a mediação da Festa do Moqueado encontra resistências em parte do público, especialmente em grupos escolares e religiosos, que recusam o contato com elementos como menstruação ou nudez ritual. Essas reações evidenciam a persistência de valores coloniais que contribuem para a invisibilização de práticas indígenas. No entanto, conforme Silva (2020), trata-se de um ritual estruturante das relações sociais Tenetehara.

A formação da mediadora revela uma trajetória que combina prática cotidiana, escuta ativa e busca autônoma por conhecimento. A mediadora afirma: "Acho que o mais difícil é realmente estudar e estudar para poder trazer informações que contribuam", evidenciando um processo de autoformação que ocorre em campo. Como destacam Souza *et al.* (2023), o trabalho mediador transforma tanto o público quanto o próprio profissional.

A mediadora também chama atenção para as limitações da exposição no que se refere à representação da cultura indígena em sua complexidade, apontando ausências importantes como a falta de maquetes:

Porque eles não arrumaram do jeito correto. Faltou também aquela estrutura maquete, que retrata como é que eles vivem lá. Fica lá no Centro de Cultura, fica lá, não no museu mesmo (Mediadora, 2025).

Ao afirmar que "não arrumaram do jeito correto", a mediadora atribui à montagem um papel ativo na produção (ou bloqueio) de sentidos educativos. A lacuna material limita a

educação patrimonial porque empurra a leitura para fragmentos ritualizados, dificultando a compreensão de "como vivem" (Adrião; Uzeda, 2025; Lima, 2021; Velthem; Benchimol, 2018).

Quando faltam dispositivos como maquetes, mapas e fotografias contextualizadas, o público tende a preencher o vazio com leituras imediatas, reforçando a ideia de que "só os rituais" definem o modo de vida indígena.

Embora a participação de comunidades tradicionais em processos consultivos e colaborativos já seja pauta consolidada, persiste o desafio de fazer com que essa participação se converta em mudanças estruturais efetivas, capazes de reconfigurar práticas e dinâmicas de poder historicamente enraizadas.

Como eles são organizados, mostrando aqui fotografias deles lá, fazendo coisas do cotidiano mesmo porque aqui só os rituais e as pessoas vão pensar 'é só isso que eles fazem o ano todo?', não! [...] Mostra que eles realmente são pessoas igual a gente, por que as pessoas não acham? Acham que somente é isso aqui, é o ritual e acabou. Não. Não é todo dia que tem um ritual desse, né, toda hora (Mediadora, 2025).

Essa lacuna compromete a compreensão mais ampla dos modos de vida. O excerto evidencia um risco pedagógico recorrente em exposições sobre povos indígenas: quando a narrativa expográfica se concentra quase exclusivamente em rituais, tende-se a produzir no público a impressão de que a vida indígena se resume a cerimônias, favorecendo leituras exotizantes (Miranda; Borges, 2020).

É pertinente ressaltar que, por se tratar de uma exposição circulante na BPBL e curada pela Casa de Nhozinho, a distribuição de responsabilidades entre seleção, contextualização e montagem pode ampliar o risco de lacunas narrativas. Torna-se necessária uma coordenação curatorial mais integrada, capaz de assegurar coerência interpretativa e continuidade educativa.

Diante desses limites, a qualificação curatorial não se esgota na organização interna da mostra. Além de ajustes expográficos e de maior participação indígena, o fortalecimento dessas práticas requer estratégias de difusão e ampliação de espaços, articulando biblioteca, museus e outras instituições educativas.

Acho que deveria ter mais exposições sobre que mais espaços também, e principalmente, reportagens nos espaços educativos, como por exemplo, a biblioteca, para dar mais ênfase e também fazer com que as pessoas vão para os museus que falam sobre esse tipo de exposição (Mediadora, 2025).

A fala evidencia um aspecto estrutural da educação patrimonial, que não depende apenas do conteúdo expositivo, mas também da comunicação pública e da circulação social das narrativas. O excerto indica que a valorização do patrimônio Tenetehara demanda estratégias de difusão cultural e articulação entre instituições.

Essa dimensão comunicacional dialoga com a compreensão de educação patrimonial como processo contínuo (Florêncio *et al.*, 2014). Em bibliotecas públicas, isso implica integrar exposição, programação cultural e ações educativas a estratégias de divulgação capazes de alcançar públicos não habituais (Fonseca; Cavalcante; Zaninelli, 2022; Costa; Cutrim, 2021).

A Educação Patrimonial assume papel decisivo ao transformar a circulação de narrativas em oportunidade de aprendizagem social. Ela não apenas informa, mas organiza chaves de leitura que permitem ao público situar práticas e objetos em contextos históricos, culturais e territoriais, evitando interpretações estereotipadas. Ao envolver as comunidades nas decisões curatoriais, contribui-se para enfrentar assimetrias de reconhecimento e fomentar novas formas de pertencimento (Nicholas, 2021; Orlandi, 2022).

A educação patrimonial, aliada à mediação cultural, é essencial para a valorização do patrimônio indígena. Lima (2023) relata que é essencial que os próprios indígenas sejam capacitados a documentar e gerenciar suas culturas, criando uma memória autorreferente.

Na BPBL, a exposição proporcionou aprendizado sensível e aproximação simbólica com a cultura Tenetehara, mesmo com resistências e limites curatoriais. A mediação evidenciou o potencial transformador da biblioteca ao promover escuta, diálogo e reconhecimento de saberes silenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição "Cultura Indígena: um olhar e várias leituras", realizada na BPBL, configura uma prática relevante de mediação cultural voltada à valorização do patrimônio indígena Tenetehara. A atuação da mediadora entrevistada não se restringe à transmissão de informações, por estimular a reflexão, aproxima o público de símbolos e narrativas indígenas e contribui para a produção de sentidos. A Educação Patrimonial, orientada por abordagens críticas, participativas e decoloniais, mostra-se fundamental para enfrentar assimetrias históricas e promover reconhecimento, justiça social e fortalecimento de identidades indígenas.

A mediação revelou-se uma prática educativa situada, que demanda preparo, escuta ativa e flexibilidade diante de públicos diversos. Ao mesmo tempo, emergiram resistências culturais e disputas simbólicas sobre o que é legitimado como patrimônio. Ainda assim, a mediação favorece deslocamentos interpretativos e pode ampliar um olhar mais plural e respeitoso sobre os povos indígenas. A BPBL demonstra potencial como espaço de educação patrimonial por sua acessibilidade, circulação cotidiana e vocação plural.

Também se identificaram desafios relevantes, como a representação parcial das culturas indígenas, a baixa incorporação de vozes indígenas no processo curatorial e obstáculos comunicacionais ligados à expografia e à divulgação pública das ações. Esses limites apontam para a necessidade de políticas culturais que fortaleçam escuta, participação e protagonismo indígena em decisões educativas e curatoriais.

Evidencia-se que a mediação cultural, em contexto de biblioteca pública, não depende apenas do conteúdo exposto, mas de condições institucionais que envolvem expografia, formação de mediadores, circulação social das narrativas e participação indígena na definição de enquadramentos. Ao mesmo tempo, a BPBL mostrou potencial para reduzir barreiras de acesso e sustentar aprendizagem por recorrência, ampliando o reconhecimento do patrimônio Tenetehara no espaço urbano.

A análise também indica que a eficácia dessas ações se amplia quando a biblioteca atua como circuito cultural contínuo, articulando diferentes espaços, acervos e públicos, com atenção ao segmento infantil como estratégia de formação precoce. Para estudos futuros, intenta-se investigar a experiência dos visitantes e incorporar avaliações participativas com representantes Tenetehara, examinando como autorrepresentação e co-curadoria reconfiguram sentidos, confiança institucional e impactos educativos.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, João Mário de Arruda; UZEDA, Helena Cunha de. Comunidade indígena Balatiponé-Umutina: uma experiência intercultural no Museu Casa Borges. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 14, n. 27, p. 170-182, jan./jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.26512/museologia.v14i27.56263>.

BARROS, Nilvânia Mirelly Amorim de. *Tudo isso é bonito!* O festival das máscaras ramkokamekrá: imagem, memória, Curt Nimuendajú. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1–19, 2020.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 219 p.

CARVALHO, Carolina Vaz de. Patrimônio cultural como categoria de pensamento e categoria de ação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 1–9, mar. 2014.

COSTA, Maurício José Morais. *A educação patrimonial na Biblioteca Pública do Maranhão*. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Biblioteca Pública, memória e educação patrimonial. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 26, n. 4, p. 65–91, dez. 2021.

COSTA, Thiago Ronyrisson Silva; MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de; SODRÉ, Ronaldo Barros; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. Os conflitos agrários frente as novas dinâmicas territoriais no campo maranhense (1985–2018). *Revista Geonorte*, [S.l.], v. 11, n. 38, p. 243–257, 2020.

DEMARCHI, João Lorandi; SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação como práticas da liberdade: a potencialidade dos inventários participativos. *Museologia & Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 448–464, 2025. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n2p448-464>.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN, 2014. 65 p.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; ZANINELLI, Thais Batista. O processo de mediação cultural e os saberes tradicionais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 1–20, 2022.

FREITAS, Rita de Cássia Nogueira de. *A Festa do Moqueado: um rito de passagem e de reafirmação cultural do povo Guajajara-Tenetehara*. 2022. 27 f. TCC – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico. *Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 75 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

LIMA, Leilane Patricia de. Entre lembranças e esquecimentos: reflexões sobre a presença de memórias indígenas em museus de história local. *História Ambiental*, Chapecó, v. 36, n. 59, p. 241-253, out. 2023.

LIMA, Leilane Patricia de. A temática indígena em museus: questões sobre a diversidade cultural e os desafios para a colaboração indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 10, n. 19, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/museologia.v10i19.34527>.

LIPINSKI, Barbara; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural em centros culturais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 1-16, 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. *Exposição sobre cultura indígena será aberta nesta quinta-feira, dia 24, na BPBL*. São Luís: SECMA, 2025. 2 p.

MIRANDA, Júlia Cleide Teixeira de; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. O ritual da festa do Moqueado: educação, cultura e identidade na sociedade indígena Tembé-Tenetehara. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, v. 28, n. 152, p. 1-27, 2020.

NICHOLAS, George. Protecting Indigenous heritage objects, places, and values. *International Journal of Heritage Studies*, v. 28, n. 3, p. 400-422, 2021.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Wyrâu'haw: a Festa da Menina-Moça do povo indígena Tenetehara/Guajajara. *Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 11, n. 2, p. 1-10, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6591>. Acesso em: 18 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Nova York, 13 set. 2007. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/declaration-on-the-rights-of-indigenous-peoples.html>. Acesso em: 18 fev. 2026.

ORLANDI, Francesco. Indigenous heritage and ontological conflicts in the Southcentral Andes. *Future Anterior: Journal of Historic Preservation History, Theory, and Criticism*, v. 19, n. 2, p. 17-30, 2022.

PAES, Francisco Simões. Rastros do espírito: fragmentos para a leitura de algumas fotografias dos Ramkokamekrá por Curt Nimuendaju. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 47, n. 1, p. 267-307, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100008>.

RASTELI, Alessandro. Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 1-21, jul./set., 2021.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123>.

RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio. Sobre el patrimonio cultural. *Sphera Pública: Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, Murcia, n. esp. 10, p. 75-117, 2010.

- SANTOS JUNIOR, Avelar Araujo. As correlações entre os modelos hegemônicos de desenvolvimento territorial e as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, edição especial, [S.l.], v. 15, n. 39, p. 54-68, 2020.
- SCHEID, Guilherme; MATOS, Eloiza Aparecida Silva Avila de; CARMO, Julio Cesar Botega do. Educação patrimonial e educação não formal mediados por mobile learning. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 49, e133030, 2024.
- SILVA, Elson Gomes da. *Os Tenetehara e seus rituais: um estudo etnográfico na Terra Indígena Pindaré*. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2018.
- SILVA, Sueli Maria Ramos da. Práticas discursivas rituais pré-amazônicas: Festa do Moqueado da tribo Tenetehara/Guajajara. *Organon*, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-18, 2020.
- SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London; New York: Routledge, 2006. 369 p.
- SOUSA, Joelam Pinto de. Patrimônio cultural imaterial indígena: os tapuia paiacu do município de Apodi/RN. In: OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (org.). *Patrimônio, povos do campo e memórias*. Mossoró: EdUFERSA, 2020. p. 81-92. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786587108605>.
- SOUZA, Ana Claudia Medeiros de et al. Memória, identidade e mediação cultural: um descortinar da atuação do bibliotecário a partir das percepções freireanas. *Revista ACB*, v. 28, n. 1, p. 1-16, jan./dez. 2023.
- SOUZA, Angelo Marcos de. *Folia de Reis como Patrimônio Cultural Imaterial*. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.
- TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2005.
- TRINDADE, Thaís Lima; OLIVEIRA, Joaquina Maria Batista de. Museu Magüta: o prógono museu indígena brasileiro e o patrimônio cultural indígena. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-16, e-7330, jul./dez. 2024.
- TRINDADE, Thaís Lima; GOMES, Ana Lúcia de Abreu; OLIVEIRA, Kadidja Valéria Reginaldo de. Interfaces entre patrimônio cultural e a ciência da informação: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. *Informação & Informação*, Londrina, v. 28, n. 2, p. 157-179, abr./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2023v28n2p157>.
- VELTHEM, Lucia Hussak van; BENCHIMOL, Alegria. Museus, coleções, exposições e povos indígenas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 468-486, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245242.468-486>.

VENÂNCIO, José Luiz; VILAS-BÔAS, Loíze Raquel Santos Silva; COSTA, Renata Ferreira. Mediação cultural da informação: Museu de Arte Sacra de São Cristóvão – Sergipe. In: ENANCIB, 21., 2021, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. São Paulo: ANCIB, 2021. p. 1-9.

VILLARES, Luiz Fernando. *Direito e povos indígenas*. 1. ed. 3. tir. Curitiba: Juruá, 2020. 350 p.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018.

ZANIRATO, Sílvia Helena *et al.* Patrimônio cultural: saberes e fazeres no discurso cultural-epistemológico. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 35, n. 103, p. 255-270, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35103.014>.